

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE CERCAMENTO, COM CERCA PALITO DE CONCRETO PRÉ-MOLDADO, DE ÁREAS PÚBLICAS EM DIVERSAS LOCALIDADES DO MUNICÍPIO DE ITAJAÍ-SC.

OBJETIVO

O Termo de Referência em questão pretende a obtenção de Registro de Preços de uma relação de serviços pré-determinada que ofereça todas as etapas de construção e manutenção dos mesmos, prevendo-se um período de doze (12) meses para a validade dos custos unitários dos serviços, podendo ser prorrogados quantitativos e prazos nos termos da lei.

1.1 Especificações e quantidades

Os processos, SIPE 304529/2024-e, 330031/2024-e 90360/2024-e, já contemplam a demanda para a execução de mais de 2.400m de cercamento para conter invasões. Considerando a possibilidade de novas áreas a serem incluídas, os quantitativos estimados para a execução cercamento com altura aproximada de 2 m é de 5.000 m.

Referente às APPs, considerando a possibilidade de cercamento da área de restinga na Avenida José Medeiros Vieira, teríamos uma extensão de 3 km. A considerar esta demanda e a possibilidade de inclusão de outras áreas para a execução de cercamento com altura aproximada de 1,20 m, serão contemplados 5.000m.

Vale lembrar que a opção pela adoção do Sistema de Registro de Preços (SRP), para esta licitação, deve-se ao fato de este sistema ser um forte

aliado aos princípios da eficiência e da economicidade, por ser um procedimento que resultará em vantagens para Administração, descomplicando procedimentos para contratação de serviços, reduzindo a quantidade de licitações, propiciando e facilitando um maior número de ofertantes, inclusive a participação das pequenas e médias empresas, enxugando os gastos do erário, por registrar preços e disponibilizá-los por 12 meses, para quando surgir a necessidade, executar o objeto registrado, sem entraves burocráticos, entre outras vantagens.

1.2 DA NATUREZA DO OBJETO

O objeto desta contratação não se enquadra como sendo bem de luxo, respeitando a vedação do art. 20 da Lei Federal nº 14.133/2021 e regulamento do Decreto Municipal Nº 12840/2023. O objeto desta contratação possui natureza caracterizada como comum conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

2. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

O objeto a ser contratado é a FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE CERCAMENTO DE ÁREAS PÚBLICAS EM DIVERSAS LOCALIDADES DO MUNICÍPIO DE ITAJAÍ-SC.

O objetivo principal é a criação de obstáculos/barreiras para evitar invasões de áreas públicas.

Atualmente existe o Projeto Vidas, desenvolvido pela Secretaria Municipal de Urbanismo e Habitação, por meio do Programa de CONTENÇÃO de Ocupações Irregulares, em parceria com a Defesa Civil, Secretaria Municipal de Obras e Serviços Municipais, INIS, Instituto Itajaí Sustentável e Secretaria Municipal de Segurança. O Projeto Vidas é dividido em três etapas, começando pela fiscalização dos Agentes, na sequência o repasse das informações à Gerência de Habitação para a análise de cada situação e,

posteriormente, serão acionados os demais órgãos como Procuradoria do Município, para que sejam tomadas as medidas cabíveis.

A execução de cercamento de áreas públicas seria a solução técnica mais apropriada, devido à sua capacidade inibir as invasões e reduzir os custos de ações extrajudiciais e em alguns casos até mesmo processos judiciais de reintegração de posse.

Outra demanda que poderá ser abrangida é o cercamento de Áreas de Preservação Permanente APP. As APPs servem para a proteção dos recursos hídricos, controle de erosão, conservação da biodiversidade e recuperação ambiental.

A lei florestal determina que as áreas situadas perto de qualquer curso d'água devem possuir uma área de proteção permanente uma faixa que varia de acordo com o tamanho do curso d'água.

A vegetação situada em APP deverá ser mantida pelo proprietário da área, possuidor ou ocupante a qualquer título, pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado.



Foto 1 - Avenida José Medeiros Vieira

Atualmente algumas áreas de proteção permanente possuem fechamento com estruturas de madeira, como é o caso da Avenida José Medeiros Vieira. As estruturas existentes ficam expostas a maresia e requerem uma manutenção constante.

O cercamento destas áreas com uma estrutura mais durável e resistente a intempéries poderá acarretar um custo maior de implantação, porém a longo prazo resultará em redução de custos com manutenção. Este fechamento em específico poderá ser executado com alturas menores, mantendo a altura de um guarda corpo.



Foto 2 - Exemplo de utilização de cerca palito baixa

3. DOS PARÂMETROS DA LICITAÇÃO

A contratação será realizada por meio da modalidade de pregão eletrônico, através do registro de preços, e o critério de julgamento será a empreitada pelo menor preço global, conforme disposto no Art. 6º, inciso XLI, da Lei 14.133/2021.

4. DOS CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DA PROPOSTA

4.1. Serão exigidos documentos adicionais juntamente com a proposta de preços (para análise da equipe técnica na fase de julgamento da proposta final de preços):

(X) Não

() Sim

4.2. Será exigida garantia de proposta?

(x) Não

() Sim

5. DOS CRITÉRIOS DE HABILITAÇÃO

- Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ;
- Certidão negativa ou positiva c/ efeitos de negativa MUNICIPAL da sede.
- Certidão negativa ou positiva c/ efeitos de negativa MUNICIPAL do município de Itajaí;
- Certidão negativa ou positiva c/ efeitos de negativa ESTADUAL;
- Certidão negativa ou positiva c/ efeitos de negativa RECEITA FEDERAL;
- Certificado de regularidade fiscal do FGTS – CRF;
- Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- Certidão negativa de Falência ou Recuperação Judicial (Concordata), expedida pelo Distribuidor da sede da empresa licitante há, no máximo, 90 (noventa) dias;
- Estatuto ou contrato social da organização, e, se for o caso, juntando a última alteração (contrato social, estatuto social ou requerimento de empresário);
- Identidade, CPF e comprovante de residência do proprietário/representante da empresa
- Declaração que não emprega menor
- Declaração de parentesco modelo pessoa jurídica

- Comprovação de capacidade técnica (Pessoa Jurídica)

QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

a) Certificado de Registro da Empresa (Pessoa Jurídica):

A empresa proponente deverá comprovar registro no Conselho Competente (CREA, CAU, CFT ou outro órgão competente) da região da sede da empresa.

b) Capacidade Técnica Operacional (Pessoa Jurídica):

A empresa deverá comprovar, por meio de certidão, declaração ou atestado emitido por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, e acompanhado pela respectiva Certidão de Acervo Técnico (CAT) emitida pelo conselho profissional (CREA, CAU, CFT ou outro competente), que já executou serviços compatíveis com o objeto deste edital.

c) Informações Básicas para Certidões e Atestados:

As certidões e atestados apresentados devem conter:

- Nome do contratado (empresa) e do contratante.
- Identificação do objeto do contrato (descrição dos serviços).
- Localização e data de realização dos serviços.
- Detalhamento dos serviços executados.

d) Certificado de Registro do Profissional Responsável Técnico (pessoa física): apresentar registro e/ou certidão de inscrição junto ao Conselho competente (CREA/CAU/CFT ou outro competente) do profissional que será o responsável técnico pelos serviços.

Especificação das obras / serviços de relevância técnica	Comprovação quantitativa mínima
Execução de cercas palito de concreto	1.000,00 m
Execução de estruturas de concreto armado	200,00 m³

6. DA EXECUÇÃO DO OBJETO

6.1. Prazo de entrega/execução

Período de 12 (doze) meses contados do dia seguinte ao recebimento da Nota de Empenho, Autorização de Fornecimento ou documento equivalente.

6.2. Prazo de vigência do contrato

A duração contratual será de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado na forma do artigo 111 da Lei nº 14.133, de 2021, podendo ser prorrogados quantitativos e prazos nos termos da lei.

6.3. Local, horário e endereço de entrega

Várias localidades do município de Itajaí-SC. Cada serviço, quando necessário, será identificado, levantado e quantificado pela equipe técnica da Secretaria Municipal de Obras – SMO.

6.4. Garantia de execução do contrato

Será exigida garantia de execução do contrato, nos moldes do Arts 96 a 102 da Lei nº 14.133/21, em valor correspondente a 5 % do valor total do contrato.

(x) Não

() Sim

6.5. Garantia da obra executada

(x) Garantia

Especificar condições:

Conforme previsto no código civil, a executora se responsabiliza, no prazo de 5 (cinco) anos, pela solidez e segurança do trabalho realizado.

7. OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS DAS PARTES

7.1. Da contratada

Obriga-se a empresa vencedora:

Atender a todas as solicitações de contratação efetuadas durante a vigência do Contrato, limitada ao quantitativo de cada item;

Ao fornecimento do objeto, de acordo com as especificações constantes, em consonância com a proposta apresentada e com a qualidade e especificações determinadas pela legislação em vigor;

Responsabilizar-se pela boa execução e eficiência no fornecimento do objeto;

Não subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto contratado;

Manter, durante a vigência da contratação, todas as condições de habilitação e qualificações exigidas;

Responsabilizar-se por quaisquer danos ou prejuízos físicos ou materiais causados à Administração ou a terceiros, pelos seus prepostos, advindos de imperícia, negligência, imprudência ou desrespeito às normas de segurança, quando da execução do fornecimento;

Responsabilizar-se por todas e quaisquer despesas, inclusive, despesa de natureza previdenciária, fiscal, trabalhista ou civil, bem como emolumentos, ônus ou encargos de qualquer espécie e origem, pertinentes à execução do objeto contratado;

Manter endereço eletrônico (e-mail) válido para fins de comunicação com a contratante por todo o período de contratação; comunicando, imediatamente, o Contratante em caso de alteração;

7.2 Da contratante

Obriga-se a Administração/Contratante:

Comunicar a Contratada toda e quaisquer ocorrências relacionadas aos objetos entregues;

Efetuar o pagamento da Contratada de acordo com a forma de pagamento estipulada na licitação e no Contrato;

Promover o acompanhamento e a fiscalização do fornecimento/prestação dos serviços, sob os aspectos qualitativo e quantitativo, anotando em registro próprio as falhas e solicitando as medidas corretivas;

Rejeitar, no todo ou em parte, o objeto entregue pela Contratada fora das especificações do contrato;

Observar para que durante a vigência da contratação sejam cumpridas as obrigações assumidas pela Contratada, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

Aplicar as sanções administrativas, quando se fizerem necessárias;

Prestar à CONTRATADA informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados;

8. DO CONTRATO

8.1. INSTRUMENTO CONTRATUAL

(x) Assinatura de contrato + Autorização de Fornecimento + Contrato de garantia

() Autorização de Fornecimento

() Outro. _____

8.2. VIGÊNCIA

(x) Período de 12 (doze) meses contados do dia seguinte ao recebimento da Nota de Empenho, Autorização de Fornecimento ou documento equivalente.

(x) A duração contratual será de 12 (doze) meses, prorrogável na forma do artigo 111 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.3 GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

Gestor:

Nome: Lucia Regina Wuppel
Cargo: Diretora de Gestão
Matrícula: 248903
E-mail: sec.obras@itajai.sc.gov.br

Fiscal:

Nome: Andre Torri Saldanha
Cargo: Arquiteto e Urbanista
Matrícula: 1832801
E-mail: andre.saldanha@itajai.sc.gov.br

9. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

Recebimento dos Serviços

9.1. Os serviços serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo/a responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

9.2. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no memorial descritivo e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 20 (vinte) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

9.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

Da forma de pagamento

9.4 O pagamento será realizado em até 30 (trinta) dias após a emissão da nota fiscal, revestida do aceite da autoridade competente e responsável pela Secretaria Municipal de Obras por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente, indicadas pelo Contratado em sua proposta comercial.

10. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1 As despesas correrão a conta da dotação do orçamento do exercício de 2025 da Secretaria Municipal de Obras.

11. DO VALOR ESTIMADO

11.1 A estimativa do valor total do objeto perfaz a quantia de R\$ 9.029.246,50 (nove milhões, vinte e nove mil, duzentos e quarenta e seis reais e cinquenta centavos).

VALOR ESTIMADO	
CERCAMENTO DE ÁREAS PÚBLICAS EM DIVERSAS LOCALIDADES DO MUNICÍPIO DE ITAJAÍ-SC	R\$ 9.029.246,50

Itajaí/SC, 05 de maio de 2025.

ANDRE TORRI SALDANHA
Arquiteto e Urbanista

TARCÍZIO ZANELATO
Secretário Municipal de Obras